

CIDADE, POLÍTICA E MEMÓRIA
O quebra-quebra das barcas em Niterói

MARIA DA CONCEIÇÃO VICENTE DE ALMEIDA

A experiência que tive ao construir a pesquisa Cidade, Política e Memória foi extremamente motivadora.

Reconstruir o que foi o quebra-quebra das barcas ocorrido na cidade de Niterói, Rio de Janeiro, em 22 de maio de 1959, ora consultando as fontes clássicas que abordam os anos 1950, ora consultando as fontes voltadas para a cidade de Niterói e ora coletando o depoimento de pessoas que viveram aquele dia emblemático na cidade, conferiu-me a certeza de que uma história recente nos permite analisar as diferentes escalas que se entrelaçam constantemente numa produção histórica – o local no nacional; os chamados anos dourados e as tensões que permeavam aquela época; o poder político e a população; o trabalho e a rua; a ação da multidão histórica do passado e a palavra do indivíduo que participou do quebra-quebra, no presente.

A cidade dos anos 1950 tem sua ambiência impregnada pelo pensamento desenvolvimentista da época. E foi nessa época que a revolta das barcas ocorreu.

A história política desse momento – abordando agora as questões metodológicas – foi construída a partir das fontes historiográficas produzidas por autores como Ângela Castro, Jorge Ferreira, Boris Fausto, Marly Rodrigues, Thomas Skidmore, Warren Dean e outros, assim como o filme de Silvio Tendler *OS ANOS JK*. Esse conjunto de produções apontou caminhos reveladores de um tempo político e de um espaço urbano que ficaram no passado, mas que ainda apresentam desdobramentos em nosso cotidiano.

As fontes orais, minha grande realização nesse trabalho, permitem um olhar sobre o que não existe mais, uma vez que compreendo a memória como uma construção de um passado vivenciado direta ou indiretamente e que é analisado, lembrado e narrado por uma ou por um grupo de pessoas impregnadas por influências culturais, econômicas e sociais, pensamento este referendado por Pierre Nora e Michael Pollak.

Procurando expor de maneira mais clara a composição de minha pesquisa, gostaria de apresentar o objeto de cada uma das três partes que compõem minha apresentação.

A primeira parte é denominada Cidade e Política no Brasil pós-1945. Ela explicita o quadro político bem como as composições partidárias que foram estabelecidas após a deposição de Vargas. Um novo modelo de fazer política começa a tomar forma nesse contexto, embora não seja essa a preocupação central da pesquisa por ora exposta, mas é necessário fazer referência ao político populista pelo fato dele buscar uma estreita aproximação com as massas trabalhadoras. Esse comportamento do político que marcou os anos 1950 foi analisado sob diferentes olhares pelos pesquisadores Ângela Castro, Otavio Ianni e Moniz Bandeira.

O trabalho aborda a vida moderna que se estabelecia no país, principalmente, com as eleições e vitória de JK e contempla o avanço industrial que promoveu a remodelação e o embelezamento dos centros urbanos, ao mesmo tempo que, provocou o vertiginoso crescimento dos bairros periféricos. O período é o da popularização dos meios culturais – cinema e a televisão – que permitiu um contato das pessoas com os chamados ícones da modernidade, até então distantes da realidade e da rotina da população urbana. Essa aproximação que configurou o desenvolvimentismo, também testemunhou uma série de revoltas populares na segunda metade do século XX. Ainda na primeira parte, consta um mapeamento das revoltas populares nos últimos cinquenta anos, a partir de estudos feitos por Edson Nunes, Verena Alier e José Álvaro Moisés, contradizendo o discurso desenvolvimentista da época, já que os quebras são reveladores de um Poder Público omissivo ante as reivindicações das massas trabalhadoras. Os quebras ocorriam, principalmente, nas cidades de São Paulo e no Rio de Janeiro, e foram frequentes na segunda metade do século XX.

Pela essencialidade dos transportes na vida dos trabalhadores urbanos, o mapeamento das revoltas mostra que as tensões tendem, naturalmente, a desembocar nesse tipo de serviço. Mas as tensões são ocorrências expressivas das contradições urbanas sentidas pelas classes trabalhadoras, que têm sua participação minimizada pelas estruturas do Poder Público.

A segunda parte do trabalho, denominada “Niterói e poder político em cena”, volta-se para a revolta das barcas em si, mas ultrapassa o dia da revolta a fim de que se possa construir uma abordagem acerca da cidade e do poder político local dessa época.

No tocante ao cenário urbano, a cidade desse período nos leva a Aldo Rossi que a vê como “uma cena fixa das vicissitudes do homem, carregadas de sentimentos e tragédias privadas de fatos novos e antigos”.

As transformações urbanas, como a remodelação do centro da cidade, a inauguração da nova empresa marítima que fazia a travessia entre as cidades do Rio e de Niterói, o fervilhar do bairro operário do Barreto, os bailes elegantes na zona sul e as festas populares na zona norte refletem o cotidiano da Niterói também concebida como um espaço dourado.

O olhar sobre esses espaços geográfico e cronológico foi possível graças aos trabalhos produzidos pelos professores da Universidade Federal Fluminense – Ismênia de Lima Martins, Paulo Knauss, Hebe Mattos e Ana Mauad. Outrossim, os textos de autores da cidade como os de Carlos Werhs, Emanuel Soares de Macedo, Júlio Vasco e Luís Pimentel constituíram fontes fundamentais.

Um outro momento significativo e até emocionante foi o contato que travei com a cidade daquela época por meio das fotografias de Manoel Fonseca. Sua preocupação em registrar as datas e os acontecimentos através de suas lentes, além de ilustrar suas fotos em álbuns catalogados, deixa explícita as tentativas de documentar o que ele considerava relevante sobre a cidade. Suas fotos, gentilmente, cedidas por Dona Lecy, sua filha, foram utilizadas a título de ilustração, demonstrando a tentativa de modernizar a cidade – a abertura da Avenida Amaral Peixoto, a implosão do Trampolim da Praia de Icaraí, além das fotos do dia da revolta.

Nesse contexto, um político em particular ganha especial atenção. O Governador do Estado do Rio de Janeiro, Sr. Roberto Silveira, apresentava um comportamento que evidenciava uma proximidade com a população. Os comícios improvisados em locais conhecidos da cidade, os cafés na Leitaria Brasil, os almoços no Restaurante Monteiro, a travessia de barcas para verificar os serviços da empresa marítima sinalizavam uma visibilidade que nos reporta ao que Ballandier trata como a teatralização do poder: os gestos

pensados, o sorriso oportuno, o espetáculo por meio da oratória ou ações, reafirmam seu reconhecimento.

É nessa cidade bucólica dos anos 1950, próxima à Capital Federal e, ao mesmo tempo, capital do Estado e, por isso, buscava assemelhar-se ao seu centro de referência, é que acontece a revolta de 22 de maio de 1959. Uma revolta que é reveladora de múltiplas ações e, portanto, passível de diferentes análises.

Devido aos constantes atrasos, greves e majoração das tarifas, os usuários das barcas foram, mais uma vez, surpreendidos com uma greve deflagrada pela madrugada. No dia 22 de maio de 1959, às 8h e 30 min, ocorreu um conflito entre as pessoas que precisam dos transportes e os fuzileiros navais que ali estavam para controlar a multidão. Ocorreu, então, um conflito que acabou se estendendo por todo o dia e por outros locais, além do centro da cidade. O comportamento das pessoas comuns que deixavam cedo seus lares, dirigindo-se para mais um dia de trabalho e que no espaço da rua, livres da identificação que um espaço privado – como o emprego ou o próprio lar – impõe, a população não se controlou diante de mais uma atitude arbitrária dos empresários das barcas, na época, a família dos Carreteiro.

Os transportes marítimos tinham, e ainda têm, fundamental importância na vida dos trabalhadores, por ser a ponte entre o lar e o trabalho. Esta relação está carregada de significado, os transportes representavam a possibilidade de chegar ao sustento, à sobrevivência e, por esse motivo, tornaram-se freqüentes alvos de quebras.

Georges Rudé analisa em profundidade a ação daqueles que ele denomina como multidão histórica, ou seja, o grupo que o autor concebe como massa revoltada e que apresentou um comportamento explosivo e hostil contra os abusos praticados pelos serviços marítimos.

A revolta também pode ser olhada como uma inversão da ordem. Roberto DaMatta faz um raro exame de um momento perturbador a partir das ações que ele considera como a carnavalização da revolta. Análise que se assemelha com a de Robert Darnton em seu clássico trabalho O Grande Massacre dos Gatos (se possível, citar o exemplo do cão pequinês).

No entanto, o grande eixo da pesquisa encontra-se na terceira parte, a demonstração dos diferentes quadros de memória sobre a revolta das barcas em Niterói. Para tal constatação, foi utilizado o método qualitativo da história oral, que é tratado por Pollak como a ligação existente entre memória e identidade social, esta última mais voltada para os relatos de vida. Ele nos chama atenção para a forte ligação existente entre a memória, o lugar de viver e a identidade de uma pessoa. Pollak ainda adverte para que estejamos atentos à problemática da memória, pois esta se faz refletir em três aspectos: os acontecimentos – que foram vividos diretamente ou não pelos depoentes, os personagens – aqueles que pertenceram ao mesmo tempo cronológico da pessoa que concede a entrevista, ou personagens que foram freqüentados por tabela e, por último, os lugares – que podem estar ligados a uma lembrança.

Ao coletar depoimentos sobre a revolta das barcas, deparei-me com diferentes quadros de memória. A pesquisadora Daniëlle Voldman, em seu artigo *Definições e Usos*, aponta a existência de dois grupos distintos quando utilizamos o método da história oral. Aquele denominado de “grande testemunha”, quando o entrevistado se insere e se percebe como alguém que contribuiu com a história oficial, uma vez que em seu depoimento ele deixa transparecer a imagem de sua ação como agente construtor do processo histórico de um local ou de um acontecimento relevante para a sociedade, e aquele que a autora denomina como “pequena testemunha”, que a Professora Ana Mauad sugeriu o uso do termo “testemunha comum” e que eu apreendi. Este é o entrevistado que chega a se surpreender e até mesmo questionar o valor de seu depoimento para a elaboração da pesquisa. Penso, no entanto, que a participação das chamadas testemunhas comuns constitui uma luta pela democratização da memória social.

Os diferentes quadros de memória que foram se delineando à minha frente instigaram-me na busca pela constatação de que a memória é um campo de disputa social. Ela é construída no tempo presente para dar conta de um passado que não existe mais. A memória, segundo Pierre Nora, é sempre atual, pois é no tempo presente que se dá o exercício de recordar, por isso mesmo, essa memória está exposta a reformulações constantes, ora expressando lembranças claras ora lembranças difusas e, por algumas vezes, o esquecimento ou o silêncio oportuno de situações vividas.

A título de exemplo, atentando para a importância do não dito, como destaca Pollak, pude perceber a preocupação do assessor do Governador do antigo Estado do Rio de Janeiro, Sr. Álvaro Fernandes, em reafirmar por diversas vezes o esforço de Roberto Silveira para que um banho de sangue fosse evitado na cidade no dia da revolta. Os contatos estabelecidos com a polícia e a visita do General Paulo Torres ao Palácio do Ingá foram rememorados, contudo o entrevistado silencia quando a abordagem sobre a destruição das residências dos empresários das barcas e a revolta no final da tarde em frente à Câmara Municipal de Niterói denunciam a ausência do governador por um longo tempo na cidade.

Ressaltei ainda os diferentes quadros de memória apresentados pelos depoentes que se dispuseram a rememorar a revolta. Há pessoas que enaltecem o comportamento do governador, entretanto existem insinuações de que o quebra-quebra chegou a uma situação incontrolável devido a uma relação conflituosa entre os empresários e o governador, uma vez que este não tinha sido apoiado pelo Sr. José Carreteiro nas eleições. Este havia assumido compromisso com o então candidato Ernani do Amaral Peixoto.

No tocante à formulação do conceito de “memória dividida”, aquela que revela diferentes pontos de confrontos, foi possível ilustrá-lo por meio dos depoimentos do assessor do Governador Roberto Silveira que não hesita em apontar a infiltração de comunistas no meio da revolta com o objetivo de tirar proveito político. Já o jornalista Rogério Coelho Neto, que até hoje atua nos jornais da cidade e, em 1959 trabalhava para *O Jornal do Brasil*, afirma que a participação de representantes dos fortes sindicatos da época foi fundamental para o desdobramento violento que a revolta apresentou. Fazendo uma analogia desses pontos de confrontos com os que foram explicitados por Giovanni Contini no texto de Alessandro Portelli sobre o massacre de Civitella, podemos afirmar que a revolta passou a ser configurada por diferentes quadros.

Quanto às questões estruturais desse trabalho, é válido ressaltar o valor do depoimento da pequena testemunha em sua composição. A testemunha comum construiu sua memória sobre a revolta por meio de uma teia de informações advindas daqueles que utilizavam as barcas como meio de transporte para que pudessem chegar ao seu local de trabalho, ela deixa então transparecer valores que tecem sua narrativa. Quando se fala da tentativa de reparação com a Família Carreteiro, ao dar o nome do patriarca do grupo a uma

rua no bairro da Engenhoca, um dado novo está sendo exposto. Para muitos, a destruição das casas foi um exagero, por isso, foi preciso fazer uma reparação.

Um novo dado é acrescentado quando se fala das pessoas que tomaram um ônibus à força e se dirigiram às residências dos Carreteiro, dando início ao que DaMatta denominou de carnavalização da revolta, pois usaram as jóias, roupas e perfumes das mulheres dos empresários, a atitude guardava um simbolismo da luta contra o grupo que, naquele momento, representava ser o inimigo do povo, logo, esse povo ridicularizou e usufruiu, mesmo que momentaneamente, do luxo adquirido num curto período de tempo pelos empresários das barcas – utilizei o verbo usufruir, pois muitos dos objetos foram levados das residências. Podemos perceber no discurso de um dos entrevistados que estava na casa da Família Carreteiro, participando da carnavalização da revolta, que a memória subterrânea – termo usado por Pollak –, apresentada pelo Sr. Celso, sobre o dia 22 de maio, é fundamental por ser contrária à memória oficial.

Ao ouvir a narrativa construída por Luís Pimentel, um homem de 96 anos e que é considerado o maior memorialista da cidade, temos a certeza de que estamos diante da chamada “grande testemunha”. Sua fala é rica em detalhes sobre a historiografia da cidade de Niterói, que ele remonta aos tempos do Brasil Colônia e do Brasil Império. Ao descrever a cidade da primeira e da segunda metade do século XX, Pimentel inclui na narrativa a sua participação na remodelação urbana da cidade, analisa, segundo ele, os erros cometidos nessa remodelação, como foi o caso do aterramento da Praia Grande. Ao adentrar na revolta, ele faz uma narrativa historiográfica sobre a travessia marítima entre as cidades do Rio de Janeiro e Niterói e prossegue sua análise da revolta, contribuindo com um novo quadro de memória; Pimentel recorre à psicologia da multidão para justificar o ocorrido. Ele constrói uma memória da revolta cuja multidão, sob as tensões que aquele momento produziu, agiu sob o impacto da ordem – “Quebra!”

A cidade de Niterói registra acontecimentos que permitem uma diversidade de quadros de memórias.

Finalizando esta breve apresentação, gostaria de acrescentar que a conclusão de minha pesquisa aponta para diferentes construções sobre a revolta das barcas, seja por pessoas que tiveram ou ainda têm comprometimento com políticos locais, ou por pessoas que viam nos Carreteiro o exemplo de empresários que contribuíram para a modernidade da

cidade, ou pelos atores que se sentiram desrespeitados no seu direito de ir e vir para o trabalho, e por fim pelas influências culturais, econômicas e sociais que cada entrevistado carrega. Por esse conjunto de fatores, acredito que a hipótese de que a revolta das barcas apresenta um discurso não hegemônico foi confirmada, posta à prova pela pesquisa.

Maria da Conceição Vicente de Almeida
Universidade Federal Fluminense